

Brasília (DF), 16 de setembro de 2024.

À

SUPERINTENDENCIA REG.DEP. POLÍCIA FEDERAL – RJ

A/C: Setor de licitação

REF.: impugnação ao Pregão Eletrônico nº 90022/2024

LOGIKS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E SERVIÇOS EM TI LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 07.696.132/0001-49, sediada no Brasília Shopping, SCN Quadra 05, Bloco A, S/N, Torre Norte, Sala 1118, Asa Norte- CEP: 70715-900, vem, respeitosamente, por seu representante legal, nos termos do item 21.1 e seguintes do Edital, apresentar, tempestivamente

IMPUGNAÇÃO

ao item 8.3 subitem 8.3.5 letra c do edital do Pregão Eletrônico nº 90022/2024, pelas seguintes razões de fato e de direito a seguir expostas.

I- Objeto da Licitação:

Contratação de serviços de Supervisor e Assistente Administrativo Sênior, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Da Qualificação Técnica exigida:

II- Da Qualificação Técnica exigida:

Conforme consta no item 8.3 subitem 8.3.5 letra c, o edital exige como qualificação técnica a experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados:

c) Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

Já a Lei 14.133/2021 prevê que em se tratando de serviços contínuos, o edital PODERÁ exigir experiência em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, QUE **NÃO** PODERÁ SER SUPERIOR A 3 (TRÊS) ANOS:

*§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, **que não poderá ser superior a 3 (três) anos.** (grifo nosso)*

Ou seja, a lei estabelece que o edital poderá exigir um prazo mínimo de experiência, desde que não seja superior a 3 (três) anos. Logo, a norma não estabelece o prazo mínimo, mas por outro lado estabelece o prazo máximo de experiência exigido.

No caso concreto, nota-se que o prazo estipulado no edital do Pregão Eletrônico nº 90010/2024 é o máximo permitido na legislação vigente.

E sobre esse aspecto é necessário destacar o Acórdão 2870/2018-Plenário, que embora tenha sido referendado a luz da legislação anterior, segue a mesma discussão quanto ao período de experiência e elucida com clareza a matéria. Assim, destacamos os pontos deliberados no Acórdão:

Acórdão:

*...9.1. conhecer da presente Representação, nos termos do art. 237, VII, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93, para, no mérito, **jurisprudência parcialmente procedente;***

9.2. dar ciência à Universidade Federal de Goiás (UFG) de que:

*9.2.1. para fins de qualificação técnico-operacional, pode ser exigida comprovação de experiência mínima de três anos, na execução de serviços continuados compatíveis em características e quantidades com o objeto da licitação, executados de forma sucessiva e não contínua, a teor do disposto nos subitens 10.6, b, e 10.6.1 do anexo VI da Instrução Normativa 5/2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), **desde que as circunstâncias específicas da prestação do serviço assim recomendem, o que deve ser objeto de adequada fundamentação, baseada em estudos prévios à licitação e na experiência pretérita do órgão contratante.** Grifo nosso;"*

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/jurisprudencia-selecionada/%2522qualifica%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520t%25C3%25A9cnica%2522/%2520%2520score%2520desc%252C%2520COLEGIADO%2520asc%252C%2520ANOACORDAO%2520desc%252C%2520NUMACORDAO%2520desc/15>

Diante do exposto, respeitosamente, requer o ACOLHIMENTO DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO para que o edital seja alterado, diminuindo-se o período mínimo de experiência na prestação de serviços terceirizados, de modo a que seja efetivamente compatível com o objeto licitado, e para assim permitir a participação de maior número de licitantes, e, conseqüentemente, a possibilidade de adquirir a proposta mais vantajosa para a administração, em qualidade e preço.

Colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, renovamos protestos de consideração.

É o que requer.

LOGIKS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E SERVIÇOS EM TI LTDA

CNPJ nº 07.696.132/0001-49

Paulo Cesar Rossigneux Vieira

RG:703633-DF